



Centro de Negócios
Vila Nova da Barquinha

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word "OP" and various scribbles.

Relatório de Gestão e Contas

2015



Centro de Negócios
Vila Nova da Barquinha

CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A.

Praça da República

2260-411 Vila Nova da Barquinha

Telefone: **249 720 350**

Fax: **249 720 368**

Nº contr: **508 190 460**

E-mail:

cdn@cm-vnbarquinha.pt

Site:

www.centrodenegocios.com.pt



Índice

1. Órgãos Sociais.....	3
2. Relatório de Gestão.....	4
2.1 Introdução.....	4
2.2 Aspetos Relevantes da Atividade da Sociedade.....	4/5
2.3 Atividade Desenvolvida.....	5/6
3. Situação Económico-Financeira.....	6
3.1 Rendimentos.....	6/7
3.2 Gastos.....	7
4. Resultado Líquido.....	7
5. Proposta de Aplicação de Resultados.....	7
6. Perspetiva de Evolução.....	8/9
7. Notas Finais e Agradecimentos.....	9/10
8. Contas do Exercício.....	11
8.1 Reconciliação Bancária.....	11
8.2 Balanço.....	11
8.3 Demonstração de Resultados.....	11
8.4 Anexo às Demonstrações Financeiras.....	11
8.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
8.6 Demonstração das Alterações de Capital Próprio.....	11
9. Relação das Participações no Capital de Sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazo.....	11
10. Relatório sobre a execução anual do Plano Plurianual de Investimentos..	
11. Certificação Legal de Contas.....	11



1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente – Dr. Paulo Lopes
(Bio-Analítica)

Secretário – Óscar Baptista
(Batadec)

Secretária – Rosa Garrett
(Município de Vila Nova da Barquinha)

Conselho de Administração

Presidente – Fernando Santos Freire
(Município de V.N.Barquinha)

Vogal – Rui Constantino Martins
(Município de V.N.Barquinha)

Vogal – Manuel Lourenço da Silva
(Espaço Mecânico)

Fiscal Único

Rosa Lopes & Gonçalves Mendes, SROC, LDA

2. Relatório de Gestão

2.1 Introdução

O “**CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A.**” é uma empresa municipal, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída nos termos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro.

A sociedade constituída em 6 de Julho de 2007, tem por objecto o desenvolvimento e a gestão do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, e visa promover a competitividade das actividades económicas explorando vantagens logísticas e intensificando as vantagens da inovação e do conhecimento privilegiando condomínios empresariais de eficiência colectiva para a promoção e gestão de pólos de aglomeração de actividades e serviços do Médio Tejo.

O Presente relatório de Gestão, expressa de uma forma concisa, a actividade desenvolvida durante o exercício de 2015 e a situação económico-financeira da Empresa.

2.2 Aspectos Relevantes da Atividade da Sociedade

Os Aspectos mais relevantes do Exercício de 2015, foram os seguintes:

- Recepção e acompanhamento das candidaturas.
- Promoção e exploração, nomeadamente na divulgação junto dos potenciais interessados (Investidores) e Associações Empresariais.
- Desenvolvimento numa perspetiva empresarial.
- Apoio ao Processo de Licenciamento, junto da Câmara Municipal.

- Acompanhamento da Instalação das Empresas no Centro de Negócios.
- Incentivo do investimento privado e a criação de postos de trabalho.
- Gestão de Condomínio.
- Controlo dos acessos (Segurança/Vigilância).
- Gestão dos espaços verdes.
- Recolha de resíduos sólidos (Coordenação com Município de V.N.Barquinha)
- Apoio à actividade das Empresas instaladas no Centro de Negócios.
- Articulação com o GADEL na implementação do Barquinha 2020 – Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico de Vila Nova da Barquinha.

2.3 Atividade Desenvolvida

- Divulgação do Centro de Negócios, junto de potenciais investidores.
- Recepção e acompanhamento de Candidaturas.
- Acompanhamento de processos de licenciamento.
- Coordenação dos serviços de vigilância, por forma a garantir a segurança necessária a um espaço, localizado fora da malha urbana.
- Coordenação dos serviços de manutenção e gestão dos espaços verdes.
- Coordenação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos.
- Contactos estabelecidos com a AICEP, IAPMEI e Associações Empresariais, nomeadamente a Nersant, para captação de investimentos.
- Continuação de diligências junto dos Bancos, sensibilizando-os para o apoio ao investimento no Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha.

- Contactos com os Bancos proprietários de imóveis no Parque Empresarial, no sentido de os “sensibilizar” para a necessidade de encontrar formas que permitam aos interessados, iniciarem ali a sua atividade.

- O Intermarché de Vila Nova da Barquinha, desde a sua abertura está a funcionar como um projecto “Âncora”, a procura por novos espaços comerciais e habitacionais, já se fazem sentir. No Parque empresarial, nota-se um aumento da procura por parte dos investidores, e é provável que surjam resultados brevemente.

- O Projecto de empreendedorismo está em fase de consolidação, no seu segundo ano. O Número de projectos duplicaram e é bem demonstrativo do interesse dos nossos jovens. Esta dinâmica, resulta da implementação do Barquinha 2020, na sua vertente de educação.

- Na articulação estabelecida com o Gadel (Município de Vila Nova da Barquinha), tem sido desenvolvido um trabalho no sentido de encontrar espaços para novas actividades empresariais. A prioridade é claramente captar novos investimentos.

3. Situação Económico-Financeira

3.1 Rendimentos

O CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A., apresentou um volume de Rendimentos, no montante de **38.489,19 €**

Tal resulta entre outros, na sua esmagadora maioria, dos Encargos de Gestão, previstos nos regulamentos.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A.P.', 'J.P.', 'H.', and others.]

3.2 Gastos

Os Gastos do Exercício foram de **38.377,06€**, resultando na sua maioria de despesas em Segurança, manutenção de espaços verdes, operacionalização dos serviços, impostos, e reconhecimento da imparidade final da Empresa de Ana Cristina Silva, entre outros.

4. Resultado Líquido

O Resultado líquido do exercício de 2015, foi positivo em **91,39€**.

Pelo facto de se ter alcançado o equilíbrio económico-financeiro, não se afigurou como necessário a transferência de quaisquer valores por parte da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha.

O ajustamento das despesas em função das receitas, tem permitido tal equilíbrio.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe, que o resultado apurado no Exercício, no montante de **91,39 €**, seja distribuído da seguinte forma:

- Reservas Legais: 4,57 €
- Resultados Transitados: 86,82 €

6. Perspectiva de Evolução

As perspectivas são animadoras, existem alguns projectos que estão a ser acompanhados com os eventuais investidores e que resultam da estratégia implementada. Acreditamos que brevemente existirão notícias.

O Efeito Intermarché já se nota e com as medidas de apoio à Regeneração urbana, estão a surgir novos interessados em investir no Concelho.

O Desenvolvimento do Concelho deverá ser o mais abrangente possível.

O Portugal 2020, deverá também ser um factor estimulante para o investimento.

No trabalho que foi efectuado, resultou também a libertação de mais um imóvel, para uma empresa instalada no Parque Empresarial, Oceanfólio, que se dedica ao comércio, importação e exportação de produtos de limpeza e higiene, ferramentas e utensílios domésticos e equipamentos hoteleiros. Representação de marcas.

Continuamos também o trabalho junto da Banca, no sentido de Sensibilizar a mesma para o financiamento de novos projectos económicos para o nosso Concelho.

Pretende-se também colocar Sinalética no Centro de Negócios, assim que as condições financeiras o permitirem, bem como adquirir Equipamento Administrativo/Informático.

Continua presente a necessidade de manter equilibrada a componente económico-financeira do CDN, EM SA.

A Médio Prazo:

Criação de Condições para a instalação da sede da Sociedade Gestora.

Implementação do projecto de 2 lotes em regime de propriedade horizontal.

Elaboração de estudo prévio para a expansão do Parque Empresarial, com uma vertente específica para o Sector Agro-Industrial.



O.P.H.
A
C
L
L
J

Desenvolvimento do Sector Agro-Industrial, na vertente da Bio-Tecnologia, na Freguesia da Praia do Ribatejo.

Naturalmente que tratando-se de actividade empresarial, resultante da prestação de serviços, existem os riscos inerentes à própria actividade, condicionados também pela conjuntura económica, todavia aquele que se apresenta como um dos maiores riscos está devidamente acautelado nos regulamentos do Centro de Negócios, com a possibilidade de em última instância, em caso de incumprimento sistemático no que diz respeito às suas obrigações (liquidação dos encargos de Gestão) e estamos a falar das empresas aí instaladas, poder ser exercido pela Câmara Municipal o direito de reversão, existindo o compromisso de liquidação dos montantes em débito pela mesma, ao CDN.

Os fluxos financeiros estão disponíveis.

No que diz respeito, às questões ambientais, a preocupação é permanente, pelo que o risco é diminuto.

Dado que não existem trabalhadores ao serviço do CDN, não constitui presentemente uma preocupação nessa área.

7. Notas Finais e Agradecimentos

- Não se verificou aquisição ou alienação de acções, permanecendo inalterada a estrutura accionista.
- Não se verificaram negócios entre a Sociedade e os seus administradores, nos termos do artº 397º (CSC)
- Não existem sucursais da sociedade.



- Quem visitar actualmente o Centro de Negócios, encontra um espaço de excelência para a actividade empresarial. A organização, segurança, manutenção de espaços verdes são características dominantes.
- Encontra também uma actividade económica e uma movimentação próprias de espaços com características empresariais.
- Estes são os objectivos que nos propusemos atingir e que é possível constatar no Parque Empresarial.
- Com o Portugal 2020, desejamos que seja um factor relevante para o desenvolvimento económico e que se verifique um impacto real no nosso Parque Empresarial.
- Expressamos o nosso agradecimento a todas as empresas, fornecedores e entidades, com quem nos relacionámos, durante o ano de 2015.

Vila Nova da Barquinha, 29 de Fevereiro de 2016

Conselho de Administração

Presidente – Fernando Santos Freire.
(Município de V.N.Barquinha)

Vogal – Rui Constantino Martins.
(Município de V.N.Barquinha)

Vogal – Manuel Lourenço da Silva
(Espaço Mecânico)



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

8. Contas do Exercício

8.1 Reconciliação Bancária

Entidade Bancária – CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Saldo do Extracto Bancário – 8.034,77 €.

Saldo Contabilístico – 8.034,77 €

9. Relação das Participações no Capital de Sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazo

Não Existem

10. Relatório sobre a execução anual do Plano Plurianual de Investimentos

- Realizada a manutenção de espaços verdes e arruamentos.
- Coordenação de serviços de segurança e vigilância.
- Sinalética – Ainda não implementada. Decisão a tomar em função do número de empresas instaladas.
- Equipamento Administrativo – Cedido provisoriamente pelo Município de V.N.Barquinha.

Constata-se assim a adequação do citado plano em função do ritmo de instalação das empresas, com o necessário rigor de gestão.

11. Certificação Legal de Contas

CDN-Gestão e Promoção Parque Empresarial VNB EM SA

Contribuinte: 508190460

Moeda: EUR

BALANÇO em 12 de 2015

Rubricas	Notas	2015	2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	81.062,40	82.233,60
Subtotal		81.062,40	82.233,60
Activo corrente			
Clientes	27	20.485,66	11.990,59
Estado e outros entes públicos	27	25.863,87	17.678,16
Accionistas/Sócios	27	413,99	413,99
Outras contas a receber	30	200,00	9.216,32
Caixa e depósitos bancários	3 27	8.044,30	11.729,26
Subtotal		55.007,82	51.028,32
Total do activo		136.070,22	133.261,92
CAPITAL PROPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	27	150.000,00	150.000,00
Reservas legais	27	1.841,29	1.812,31
Resultados transitados	27	-34.623,91	-33.924,55
Subtotal		117.217,38	117.887,76
Resultado líquido do exercício		91,39	579,62
Total do capital próprio		117.308,77	118.467,38
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	27	9.867,70	8.400,79
Estado e outros entes publicos	27	143,75	143,75
Outras contas a pagar	27 30	8.750,00	6.250,00
Subtotal		18.761,45	14.794,54
Total do Passivo		18.761,45	14.794,54
Total do capital próprio e do passivo		136.070,22	133.261,92

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

Udo A. Buensano

O Técnico oficial de contas

Maria G. Gomez

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large signature and various initials.

CDN-Gestão e Promoção Parque Empresarial VNB EM SA

Moeda: EUR
 Contribuinte: 508190460

Demonstração de resultados por naturezas em 13 de 2015
 (modelo reduzido)

Conta	Rendimentos e Gastos		Notas	2015	2014
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados	20	37.041,00	37.041,00
75		Subsídios à exploração		0,00	2.000,00
73		Varição de Inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
61		Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
62		Fornecimentos e serviços externos	30	-36.158,66	-37.033,50
63		Gastos com pessoal		0,00	0,00
7622		Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
7621		Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	30	-791,50	-1.127,30
763		Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
7623;7627/8	653;657/8	Outras Imparidades (Perdas/reversões)		0,00	0,00
77	66	Aumentos / Reduções de justo valor		0,00	0,00
78		Outros rendimentos e ganhos	20	1.448,19	1.167,28
	68	Outros gastos e perdas	30	-255,70	-255,70
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.283,33	1.791,78
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7	-1.171,20	-1.171,20
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		112,13	620,58
7915		Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
6911/21/8		Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
		Resultado antes de impostos		112,13	620,58
812		Impostos sobre o rendimento do período	25	-20,74	-40,96
		Resultado líquido do período		91,39	579,62

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

O Técnico oficial de contas

Julia Loureiro
Nuno Gomes

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDICE

Identificação da entidade	3
1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	3
2. Principais políticas contabilísticas	3/4/5/6
3. Fluxos de caixa	6
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	6/7
5. Partes relacionadas	7
6. Ativos intangíveis	8
7. Ativos fixos tangíveis	8/9
8. Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	10
9. Locações	10
10. Custos de empréstimos obtidos	10
11. Propriedades de investimento	10
12. Imparidade de ativos	11
13. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas..	11
14. Concentrações de atividades empresariais	11
15. Investimentos em Subsidiárias e Consolidação	11
16. Exploração e avaliação de recursos minerais	12
17. Agricultura	12
18. Inventários	12



Centro de Negócios

Vila Nova da Barquinha

19.	Contratos de construção	12
20.	Rédito	12
21.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	13
22.	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
23.	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	13
24.	Acontecimentos após a data do balanço	13
25.	Impostos sobre o rendimento	13/14/15
26.	Matérias ambientais	15
27.	Instrumentos financeiros	15/16/17
28.	Benefícios dos empregados	18
29.	Divulgações exigidas por diplomas legais	18
30.	Outras informações	18/19



(Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.)

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O “CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A.” é uma empresa municipal, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída nos termos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, em 6 de Julho de 2007.

A empresa tem a sua sede na Praça da República, 2260-411 Vila Nova da Barquinha.

O “CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A.”, tem por objeto o desenvolvimento e a gestão do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, e visa promover a competitividade das atividades económicas explorando vantagens logísticas e intensificando as vantagens da inovação e do conhecimento privilegiando condomínios empresariais de eficiência coletiva para a promoção e gestão de pólos de aglomeração de atividades e serviços do Médio Tejo.

1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.1. As demonstrações financeiras do CDN, EM S.A. são preparadas em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização contabilística (SNC) aprovado pelo DL. 158/2009. Ou seja, estas estão de acordo com as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.

1.2 Não existiram indicações e justificações das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

1.3 Não se referem indicações e comentários das contas do balanço e da demonstração dos resultados uma vez que os conteúdos são comparáveis com os do exercício anterior.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras são preparadas no pressuposto de continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos de “CDN, EM SA”, para que estas estejam de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.



De acordo com a NCRF 4 as políticas contabilísticas “são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas pela entidade na preparação e apresentação de demonstrações financeiras”.

As divulgações exigidas nesta norma têm o mérito de elucidar o utente sobre as bases de mensuração adotadas facilitando as análises comparativas com as demonstrações financeiras de períodos anteriores.

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

- Ativo Fixo Tangível:

Todos os ativos fixos tangíveis estão mensurados ao custo histórico. As suas depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes) tendo em conta a sua vida útil. A sua vida útil é determinada tendo em vista a utilização provável do bem pela empresa e o seu desgaste natural esperado da sujeição de uma previsível obsolescência técnica.

A vida útil estimada pelos bens encontra-se entre as taxas máximas e mínimas previstas no Decreto regulamentar n.º 25/2009.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimados (anos):

Edifícios e outras construções	20 – 50
Equipamento básico	3 – 20
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	3 – 16
Outros ativos fixos	2 -16

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos da alienação e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

- Contas a receber de clientes e outros devedores:

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidencia objetiva de que a



(Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled checkmark at the top.)

empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração de resultados.

- Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o Rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa e considera a tributação diferida.

O imposto diferido é calculado, com base no método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos na medida em que seja provável que serão gerados lucros futuros para a utilização da diferença temporária. Os ativos por impostos diferidos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Para a determinação dos impostos diferidos são utilizadas as taxas fiscais decretadas ou substancialmente decretadas na data de balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização dos ativos por impostos diferidos ou da liquidação dos passivos por impostos diferidos.

- Caixa e equivalentes de Caixa.

A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" incluem numerário, depósitos à ordem e depósitos a prazo, com prazos de vencimento curto e que são mobilizáveis rapidamente sem risco significativo de alteração de valor.

- Reconhecimento do rédito / Contrato-Programa Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha.

O rédito corresponde ao justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após a eliminação das vendas internas, sendo reconhecido da seguinte forma:

- O rédito das vendas é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador
- O rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

O rédito das vendas e prestações de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da venda ou prestação de serviço ou quanto à cobrança dos mesmos.

Mediante contrato programa estabelecido com a Câmara Municipal da Vila Nova da Barquinha, são registados rendimentos no CDN a fim de equilibrar as contas do CDN.



- Passivo corrente:

O passivo está registado ao custo amortizado.

2.2. Não foram aplicadas outras políticas contabilísticas relevantes.

2.3. Foram adotados os princípios contabilísticos implícitos nas NCRF, estando refletido nas demonstrações financeiras.

2.4. Não existem pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

2.5. Para as estimativas efetuadas a probabilidade de concretização é elevada, dado que resulta de contratos de prestações de serviços definidos, sem risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

3. FLUXOS DE CAIXA

3.1. Os fluxos de caixa estão disponíveis.

A 31 de Dezembro de 2015, o valor da caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2015	2014
Numerário	9,53 €	9,53 €
Dep. à ordem-CGD	8.034,77 €	11.719,73 €
Total	8.044,30 €	11.729,26 €

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício de 2015 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

4.1. Não existem disposições de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros.

4.2. Não existem alterações voluntárias em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros.



4.3. Não existem alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos.

4.4. Não existem erros materiais de períodos anteriores.

5. Partes relacionadas

5.1. Relacionamentos com empresas-mãe

(a) Nome da empresa-mãe imediata: Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha

5.2. Não existem remunerações do pessoal chave da gestão, dado que por um lado os membros do Conselho de Administração não são remunerados e por outro o quadro de pessoal não está preenchido, dado a existência de contratos de prestação de serviços nas diversas áreas:

(a) Total de remunerações: Não aplicável.

(b) Total de benefícios de curto prazo dos empregados: Não aplicável.

(c) Total de benefícios pós-emprego: Não aplicável.

(d) Total de outros benefícios de longo prazo: Não aplicável.

(e) Total de benefícios por cessação de emprego: Não aplicável.

(f) Total de pagamentos com base em ações: Não aplicável.

5.3. Transações entre partes relacionadas. (Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha)

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas: Existência de Contrato-Programa com a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, definindo o critério do valor das transferências financeiras, para equilíbrio de contas do CDN, sempre que necessário.

(b) transações e saldos pendentes:

(i) quantia das transações: 0 €

(ii) quantia dos saldos pendentes: 0 (encontra-se tudo pago e por isso não existem saldos pendentes a 31-12-2015)

(iii) ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes: Não aplicável.

(iv) gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas: Não aplicável.



6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Não existem intangíveis no balanço do CDN.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

(a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Como referido na nota 2, as quantias escrituradas foram mensuradas ao custo histórico deduzidas das imparidades. Os métodos de depreciação foram de quotas constantes em linha reta.

Terreno

Está registado pelo custo histórico.

Mensuração de outros ativos fixos tangíveis

Os restantes ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo histórico, ou seja, ao seu custo de aquisição.

(b) métodos de depreciação usados:

Terreno: Este ativo fixo tangível não é sujeito a depreciações de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, pois não é possível determinar a sua vida útil, considerando-a ilimitada.

Outros ativos: As suas depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes) tendo em conta a sua vida útil.

A sua vida útil é determinada tendo em vista a utilização provável do bem pela empresa e o seu desgaste natural esperado da sujeição de uma previsível obsolescência técnica.

A vida útil estimada pelos bens encontra-se entre as taxas máximas e mínimas previstas no Decreto regulamentar n.º 25/2009.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimados (anos):

(c) vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Instalações não especificadas (Portões) - 10

Instalações não especificadas (Mastros) – 10

Programa de Computadores – 3



Programa de Computadores - 1

(d) quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período.

(e) reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 o movimento ocorrido nos ativos tangíveis foram os seguintes:

	Terrenos e recursos Naturais	Inst. Não Espec.- Portões	Inst. Não Espec.- Mastros	Programa Computador	Programa Computador
Ativo Bruto					
<i>Saldo a 1 de Janeiro 2015</i>	78.720,00€	8.664,00€	3.048,00€	2.195,00€	200,00€
Investimento					
Variação do justo valor					
Desinvestimento					
<i>Saldo a 31 de Dezembro 2015</i>	78.720,00€	8.664,00€	3.048,00€	2.195,00€	200,00€
Depreciações e perdas por imparidade					
<i>Saldo a 1 de Janeiro 2015</i>		6.064,80€	2.133,60€	2.195,00€	200,00€
Depreciações do período		866,40€	304,80€		
Desinvestimento					
<i>Saldo a 31 de Dezembro 2015</i>		6.931,20€	2.438,40€	2.195,00€	200,00€
Valor Líquido	78.720,00€	1.732,80€	609,60€	0€	0€



Os critérios de mensuração e os métodos de depreciação encontram-se no ponto 2 referente às políticas contabilísticas.

Não existem restrições de titularidade a ativos fixos tangíveis.

Não existem investimentos referentes ao Ativo Fixo Tangível em curso a 31 de Dezembro de 2015.

7.2. Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos. Não Aplicável.

7.3. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de cada um dos seguintes itens do ativo fixo tangível no decurso da sua construção: Não aplicável.

7.4. Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis. Não Aplicável.

7.5. Quantia incluída nos resultados, relativa a compensação de terceiros por itens do ativo fixo tangível com imparidade, perdidos ou cedidos. Não Aplicável.

7.6. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período. Não Aplicável.

7.7. Depreciação acumulada no final do período. Ver mapa anterior.

7.8. Para os itens do ativo fixo tangível expresso por quantias revalorizadas:

Não Aplicável.

8. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS:

Não Aplicável

9. LOCAÇÕES:

Não Aplicável

10. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS:

Não Aplicável

11. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO:

Não Aplicável



(Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled checkmark at the top and several illegible signatures below.)

12. IMPARIDADE DE ACTIVOS:

12.1. Para cada classe de ativos:

(a) quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão incluídas);

Não Aplicável.

(b) quantia de reversões de perdas por imparidade reconhecida nos resultados durante o período

(com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão revertidas);

Não Aplicável.

(c) quantia de perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas diretamente no capital próprio durante o período;

Não Aplicável.

(d) quantia de reversões de perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas diretamente no capital próprio durante o período.

Não Aplicável.

12.2. Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual (incluindo *trespasse (goodwill)*), ou para uma unidade geradora de caixa:

Não Aplicável.

13. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS:

Não Aplicável.

14. CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS:

Não Aplicável

15. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO:

Não Aplicável



16. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS:

Não Aplicável.

17. AGRICULTURA:

Não Aplicável.

18. INVENTÁRIOS:

Não Aplicável.

19. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO:

Não Aplicável.

20. RÉDITO:

20.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços:

As Enumeradas na nota 2.

20.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

(a) venda de bens;

(b) prestação de serviços;

(c) juros;

(d) royalties;

(e) dividendos.

Os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito independentemente da sua data de pagamento ou recebimento.

Vendas	0,00 €
Prestação de Serviços	37.041,00 €
Subsídios à Exploração	0,00 €
Outros Rendimentos e Ganhos	<u>1.448,19 €</u>
	38.489,19 €



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like J. C. F., J. B., and others.]

21. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES:

Não conhecidas situações que possam cair neste âmbito.

22. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO:

Não Aplicável

23. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO:

Não Aplicável, uma vez que não se trabalha com moeda estrangeira sendo todos os clientes e fornecedores nacionais.

24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO:

Não são conhecidos na data de elaboração deste relatório quaisquer acontecimentos após 31-12 que sejam significativos para as contas de 2015.

24.1. Autorização para emissão:

(a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão no dia 29 de Fevereiro de 2016 pelo seu Conselho de Administração.

(b) indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Só a Assembleia Geral tem poderes para alterar as demonstrações financeiras após essa data.

25. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO:

Dada a existência de prejuízos fiscais, e em conformidade com a lei, haverá lugar a liquidação de apenas 20,74 €.

25.1. Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

(a) gasto (rendimento) por impostos correntes: Não foram reconhecidos gastos por impostos correntes.

(b) ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

Não foram reconhecidos ajustamentos de impostos correntes dos anos anteriores.



(c) quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionados com a origem e reversão de diferenças temporárias;

Não foram reconhecidos impostos diferidos.

(d) quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionados com alterações nas taxas de tributação ou com o lançamento de novos impostos;

Não foram reconhecidos impostos diferidos.

(e) quantia de benefícios provenientes de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior usada para reduzir gasto de impostos correntes: 0 (Zero)

(f) quantia dos benefícios de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior usada para reduzir gastos de impostos diferidos;

Não aplicável. Não existem registos de impostos diferidos.

(g) gasto por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição anterior, de um ativo por impostos diferidos;

Não aplicável. Não existem registos de impostos diferidos.

(h) quantia do gasto (rendimento) de imposto relativo às alterações nas políticas contabilísticas e nos erros que estão incluídas nos resultados porque não podem ser contabilizadas retrospectivamente.

Não aplicável.

25.2. Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio.

Não aplicável.

25.3. Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro:

RLE		112,13 €
Irc nominal	17%	0€
Prejuízos fiscais		0€
Irc efectivo	0%	20,74 €

25.4. Explicação de alterações na taxa(s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

Não aplicável.



25.5. Quantia (e a data de extinção, se houver) de diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos por impostos não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço.

Prejuízos fiscais a reportar

Saldo a recuperar desde 2009	48.145,64 €
2014	-91,39€
Total	48.054,25€

Este ativo por impostos diferidos não foi reconhecido, por existir ainda incerteza na sua recuperabilidade.

25.6. Quantia agregada de diferenças temporárias associadas com investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos, relativamente aos quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

Não aplicável.

26. MATÉRIAS AMBIENTAIS:

Não Aplicável.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Políticas contabilísticas

As referidas na nota 2.

A 31 de Dezembro de 2015, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

Ativo

Cientes/Estado/Outras contas a receber/Acionistas 46.963,52 €

Caixa e depósitos bancários 8.044,30 €

55.007,82 €

Capital Próprio

Capital Realizado 150.000,00 €

Reservas Legais 1.841,29 €



Passivo

Corrente

Fornecedores	9.867,70 €
Estado e Outros Entes Públicos	143,75 €
Outras contas a pagar	<u>8.750,00 €</u>
	18.761,45 €

Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

Capital Social de 150.000,00 €, totalmente realizado.

Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social integralmente subscrito está dividido em 30.000 ações nominativas, com o valor nominal de 5 € cada, dividido da seguinte forma e sem alterações face ao ano transato:

- Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - 28.296 Ações
- Serralharia A.Domingos, Lda - 636 Ações.
- Espaço Mecânico, SA - 618 Ações.
- Bio-Analítica, Lda - 180 Ações.
- Fernando Pereira Nunes, Lda - 180 Ações.
- Batadec, Lda - 90 Ações.

CONTA DE RESERVAS

O Saldo Credor de 1.841,29 € refere-se às reservas legais definidas na lei, em conformidade com o resultado obtido no exercício de 2007 no montante de 1.247,53 €, exercício de 2010 no montante de 10.962,19 €, exercício de 2011 no montante de 4.044,89€ e exercício de 2012 no montante de 1.868,45 € e exercício de 2014 no montante de 579,62€.



RESULTADOS TRANSITADOS

O saldo devedor de 34.623,91 € resulta das deliberações do Conselho de administração, nos diversos anos económicos e que a seguir se discrimina e da regularização dos pagamentos especiais por conta:

Ano de 2007: 1.122,78 €

Ano de 2008: - 16.381,13 €

Ano de 2009: - 33.854,17 €

Ano de 2010: 9.865,97 €

Ano de 2011: 3.640,40 €

Ano de 2012: 1.681,60 €

Ano de 2014: -699,36 €

Quantias de aumentos de capital realizado no período e a dedução efetuada como custos de emissão.

Não aplicável.

Riscos relativos a instrumentos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade: termos significativos e condições que afetam a quantia, o momento e segurança de fluxos de caixa futuros, incluindo risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio e risco de crédito.

O saldo de clientes cifra-se nos 20.485,66 €.

- As empresas, de uma forma geral, estão a proceder aos pagamentos dos seus compromissos.
- Para os saldos mais antigos, estão a ser feitas diligências no sentido de cobrar os valores em dívida.
- O regulamento de co-utilização determina em caso de incumprimento sistemático o direito de reversão a exercer pela Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, existindo o compromisso desta, caso seja exercido, a liquidar os montantes em débito ao CDN, pelo que não existe risco na sua cobrança.
- Existe o compromisso por parte da generalidade das empresas, em cumprir com o estipulado nos regulamentos.
- De resto, tais recebimentos permitiram baixar consideravelmente o passivo.



28. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS:

Não Aplicável.

29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS:

A remuneração do pessoal chave como referido na nota 5 é zero.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é de 1.500 euros anuais acrescidos de Iva à taxa legal em vigor. O Valor respetivo será pago.

Assim, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, debitou um total de honorários de 1.845,00 €, incluindo IVA, relativo à revisão e certificação legal de contas. Não foram debitados outros valores pela citada sociedade e referentes a outro tipo de serviços.

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

Outras contas a receber, refere-se a especialização de proveitos (Camiantunes), no valor de 200€.

No que diz respeito a outras contas a pagar, referem-se a contratos de prestação de serviços estabelecidos nomeadamente:

Coordenação do CDN e Contabilidade	8.750,00 €
------------------------------------	------------

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos, é constituída por:

Serviços Especializados (Assistência Informática e Revisão Legal de Contas)	2.522,75 €
Vigilância e Segurança	4.776,00 €
Honorários	15.000,00 €
Manutenção de Espaços Verdes	13.750,00 €
Serviços Bancários	19,76 €
Energia e fluídos	90,15 €
Total Rubrica Fornecimentos e Serviços Externos.	36.158,66 €



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

A conta 65, Perdas por imparidade, é constituída por:

Dívidas incobráveis de clientes 791,50 €

[Handwritten signature in blue ink]

Destacamos nesta conta, o reconhecimento da imparidade de
Ana Cristina Silva

[Handwritten signature in blue ink]

Total. 791,50 €

A conta 68, outros gastos e perdas, é constituída por:

IMI 175,70 €

Outros impostos Diretos 80,00 €

Total. 255.70 €

A Administração

O Toc

[Handwritten signature in black ink]
[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]

CDN – Gestão e Promoção Parque Empresarial VNB, EM SA

Demonstração de Fluxos de Caixa

NIF 508 190 460
(Valores em euros)

Exercícios

2014

2015

Actividades Operacionais

Recebimentos de Clientes	45.874,47	37.372,29
Recebimentos de Outras Entidades – CMB	2.000,00	0
Recebimentos de Outras Entidades-Conservatória	0	0
Pagamentos a fornecedores	-59.989,59	-35244,29
Pagamentos ao Pessoal	0	0
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	-12.115,12	2.128,00
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento	-905,38	-1.000,00
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional	7.288,71	-4.812,96
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</i>	-5.731,79	-3.684,96
Recebimentos relacionados com rúbricas extraordinárias	0	0
Pagamentos relacionados com rúbricas extraordinárias	0	0
<i>Fluxos actividades operacionais (1)</i>	- 5.731,79	-3.684,96

Actividades de Investimento

Recebimentos provenientes de:		
Investimentos Financeiros	0	0
Imobilizações Corpóreas	0	0
Imobilizações Incorpóreas	0	0
Subsídios de Investimento	0	0
Juros e Proveitos Similares	0	0
Dividendos	0	0
.....	0	0
.....	0	0
Sub-total	0	0
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	0	0
Imobilizações Corpóreas	0	0
Imobilizações Incorpóreas	0	0
.....	0	0
.....	0	0
Sub-total	0	0
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>	0	0

CDN – Gestão e Promoção Parque Empresarial VNB, EM SA

Demonstração de Fluxos de Caixa

NIF 508 190 460
(Valores em euros)

Actividades de financiamento

Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	0	0	
Aumento de Capital, prestações suplementares e prémios de em	0	0	
Subsídios de doações	0	0	
Vendas de acções (quotas) próprias	0	0	
Cobertura de Prejuízos	0	0	
.....	0	0	
.....	0	0	
Sub-total	0	0	
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	0	0	
Amortização de contratos de locação financeira	0	0	
Juros e custos similares	0	0	
Dividendos	0	0	
Reduções de Capital e Prestações suplementares	0	0	
Aquisições de acções (quotas) próprias	0	0	
.....	0	0	
.....	0	0	
Sub-total	0	0	
<i>Fluxos actividades de financiamento (3)</i>		0	0

Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)	-5.731,79	-3.684,96
Efeitos das diferenças de Câmbio	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	17.461,05	11.729,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.729,26	8.044,30




CDN - Gestão e Promoção Parque Empresarial VNB EM SA

NIF 508190480

MORADA Vila Nova da Barquinha

Demonstração das Alterações de Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2015

Exercício: Moadá: 2015

Unidade: Euros
508.190.480

Contribuinte:

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Premios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamento em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações de capital				Resultado Líquido do Período
POSICÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2014		150.000,00	0,00	0,00	0,00	1.812,31	-33.924,55	0,00	0,00	0,00	0,00	-15.220,05	102.667,71	0,00	102.667,71
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revor. de activos fixos tang. e intang. e respectivas variações															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
Aplicação do resultado de 2013															
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO															
RESULTADO INTEGRAL															
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Distribuições															
Outras operações															
POSICÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		150.000,00	0,00	0,00	0,00	1.812,31	-33.924,55	0,00	0,00	0,00	0,00	579,62	118.467,38	0,00	118.467,38
POSICÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2015		150.000,00	0,00	0,00	0,00	1.812,31	-33.924,55	0,00	0,00	0,00	0,00	579,62	118.467,38	0,00	118.467,38
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revor. de activos fixos tang. e intang. e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
Aplicação do resultado de 2014															
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO															
RESULTADO INTEGRAL															
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
POSICÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		150.000,00	0,00	0,00	0,00	1.841,29	-34.623,91	0,00	0,00	0,00	0,00	91,39	117.308,77	0,00	117.308,77



Handwritten signatures and initials at the top of the page.

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL 5 0 8 1 9 0 4 6 0		PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO 2 0 1 5		MAPA DE DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES										IRC		MODELO 32				
NATUREZA DOS ACTIVOS				MÉTODOS UTILIZADOS																
Activos Tangíveis				Quotas Constantes																
Activos Intangíveis				Quotas Decrescentes																
Propriedades de Investimento				Outro																
Código de acordo com a Tabela Anexo 80 DR nº 28/2009	Descrição dos elementos do Activo	Data		Activos		Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período		Depreciações e amortizações em períodos anteriores		Gastos Fiscais		Perdas por imparidade aceites no período (art.38ºCRRC)		Taxas perdidas acumuladas		Depreciações / amortizações e perdas por imparidade não aceites como gastos		Depreciações / amortizações e perdas por imparidade recuperadas no período		
		Mês	ANO	Valor contabilístico registado	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Número de anos de utilidade esperada	(8)	(9)	Taxa %	Depreciações e amortizações em períodos anteriores	Taxa %	Limite Fiscal do período	(12) = [(10) x (9)] ou [(8) - (9)] ± (11)	(13)	(14)	(15) = (8) - [(12) + (13)]	(16)			
	Terreno																			
	Lote 4		2007	78.720,00 €	78.720,00 €															
	TABELA II DIVISÃO I GRUPO 2																			
2 1 8 5	Instalações não especificadas-Perfis		2008	8.884,00 €	8.884,00 €	10	888,40 €	6.084,00 €	10	10	888,40 €									
2 1 9 5	Instalações não especificadas-Maestros		2008	3.046,00 €	3.046,00 €	10	304,60 €	2.133,60 €	10	10	304,60 €									
	TABELA II DIVISÃO I GRUPO 5																			
2 4 4 0	Programa de Computadores		2007	2.185,00 €	2.185,00 €	3	- €	2.185,00 €	33,33											
2 4 4 0	Programa de Computadores		2008	200,00 €	200,00 €	1	- €	200,00 €	100											
				82.827,00 €	82.827,00 €		1.171,20 €	10.588,40 €				1.171,20 €								
TOTAL GERAL OUA TRANSPORTAR																				

Handwritten signatures and initials on the left side of the table.



Centro de Negócios
Vila Nova da Barquinha

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled '1' and various scribbles.

2015

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2015

Índice

I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS	2
II. ESTRUTURA DE CAPITAL	2
III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS	3
IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES.....	3
A. Mesa da Assembleia Geral.....	3
B. Administração e Supervisão.....	4
C. Fiscalização.....	6
D. Revisor Oficial de Contas (ROC).....	6
V. ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	7
A. Contrato de Sociedade, Estatutos, Contrato Programa, Regulamento de Venda, Regulamento de Co-Utilização e Comunicações.....	7
B. Controlo interno e gestão de riscos	8
C. Regulamentos e Códigos	8
D. Sítio de web	9
VI. REMUNERAÇÕES.....	9
VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS.....	9
VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NO DOMÍNIO ECONÓMICO	10
IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	10

I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

O “CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A.” é uma empresa municipal, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída nos termos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro.

A sociedade constituída em 6 de Julho de 2007, tem por objeto o desenvolvimento e a gestão do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, e visa promover a competitividade das atividades económicas explorando vantagens logísticas e intensificando as vantagens da inovação e do conhecimento privilegiando condomínios empresariais de eficiência coletiva para a promoção e gestão de pólos de aglomeração de atividades e serviços do Médio Tejo.

Os membros do Conselho de Administração do CDN, estão sujeitos ao Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro.

II. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social do “CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A, encontra-se distribuído pelos acionistas da seguinte forma:	Município de V.N.Barquinha	94,32%
	Serralharia A.Domingos, LDA	2,12%
	Espaço Mecânico, SA	2,06%
	Bio-Analítico, Lda	0,6%
	Fernando Pereira Nunes, Lda	0,6%
	Batadec, Lda	0,3%

Conforme artº 5º, no número 5, dos estatutos:

- Nos aumentos de capital, terão direito de preferência, os acionistas que o forem à data do aumento, na proporção das ações que já possuem, salvo se a Assembleia Geral, deliberar diferentemente por maioria de setenta e cinco por cento do capital nela, representado.

III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

Não existem participações sociais, quer de qualquer órgão social quer da empresa, que, direta ou indiretamente, provoquem conflitos de interesse, atuais ou potenciais, entre membros de órgãos sociais e a sociedade, designadamente de despesas por si realizadas.

Os membros dos órgãos de administração têm presente que não podem interferir e decidir em interesses próprios, excluindo-se destes processos quando existam.

IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A. Mesa da Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Observações
			Mandato terminou a: 26.12.2013
2009-2013	Presidente	Mário Nuno Tempera Morgado Serras Passarinho	Sem Remuneração
2009-2013	Secretária	Sara Alexandra Santos Aparício Mendes Courinha	Sem Remuneração
2009-2013	Secretário	Vítor Gomes da Cruz	Sem Remuneração

Mandato	Cargo	Nome	Observações
			Mandato iniciou a: 27.12.2013
2013-2017	Presidente	Paulo Lopes	Sem Remuneração
2013-2017	Secretário	Óscar Baptista	Sem Remuneração
2013-2017	Secretária	Rosa Garrett	Sem Remuneração

B. Administração e Supervisão

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação legal da nomeação	Nº de mandatos exercidos na sociedade	Observações
2009-2013	Presidente	Vitor Miguel Martins Arnaut Pombeiro	AG	2	Presidente: 2007-2013
2009-2013	Vogal	Rui Constantino Martins	AG	2	Vogal: 2007-2013
2009-2013	Vogal	Ana Isabel Crispim Domingos	AG	2	Vogal: 2007-2013

- 1- O modelo de governo adotado pelo CDN é o modelo clássico composto pelo Conselho de Administração, Fiscal Único e Assembleia Geral.
- 2- O Conselho de Administração é atualmente composto por 3 membros (desde Dezembro de 2013), incluindo o Presidente do Conselho de Administração, designados por um período de 4 anos.

Términus do mandato: 26.12.2013

Início do mandato: 27.12.2013

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação legal da atual nomeação	Nº de mandatos exercidos na sociedade	Observações
2013-2017	Presidente	Fernando Santos Freire	AG	0	
2013-2017	Vogal	Rui Constantino Martins	AG	2	Vogal: 2007-2013
2013-2017	Vogal	Manuel Lourenço da Silva	AG	0	

- 3- Não existe Conselho Geral e de Supervisão.
- 4- A síntese curricular de cada um dos membros dos órgãos sociais encontra-se em anexo a este relatório.
- 5- Os atuais membros do Conselho de Administração decorrentes da legislação em vigor, bem como dos Estatutos, foram eleitos em Assembleia Geral de 27 de Dezembro de 2013, depois de deliberação e proposta do Acionista Maioritário, Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, designadamente Fernando Santos Freire, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, como Presidente do Conselho de Administração; Rui Constantino Martins, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha e Manuel Lourenço da Silva, representante legal do Espaço Mecânico SA.
- 6- Ao Conselho de Administração cabe designadamente o desempenho das seguintes funções: praticar todos os atos e operações respeitantes ao objeto social; representar a sociedade; exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas pela lei ou pela assembleia geral. Diligenciar no sentido de cumprir com todas as obrigações legais, nomeadamente apresentação de documentos previsionais, documentos de prestação de contas, entre outras.

O Conselho de Administração reúne ordinariamente pelo menos uma vez por mês, só podendo deliberar desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros. A delegação de competências de gestão no Presidente do Conselho de Administração, não exclui a competência do Conselho de Administração para tomar resoluções sobre os mesmos assuntos. O Presidente do Conselho de Administração está obrigado a prestar ao Conselho de Administração todas as informações relativas aos negócios da sociedade, em ordem a permitir o acompanhamento da gestão da empresa e o esclarecimento de questões concretas das matérias delegadas.

Cargo	Nome	Exerce outras funções	Instituição	Remunerada
Presidente	Fernando Freire	Sim	Câmara Municipal V.N.Barquinha	Sim
Vogal	Rui Constantino	Sim	Câmara Municipal V.N.Barquinha	Sim
Vogal	Manuel Lourenço da Silva	Sim	Espaço Mecânico SA	Sim

A Assembleia Geral assume-se como o Órgão Social competente para avaliar o desempenho do Conselho de Administração.

Não existem comissões no seio do órgão de administração e o Fiscal Único afigura-se como o órgão da sociedade competente para avaliar o desempenho dos administradores.

C. Fiscalização

A fiscalização é exercida pelo Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, com os poderes de vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstos.

A síntese curricular encontra-se em anexo a este relatório

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

ROC efetivo: Dr. José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833) em representação da Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados (SROC nº 116)

Suplente: Dr. João Manuel Rosa Lopes

Mandato	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto Pago (€) ⁽²⁾
2013-2014	Fiscal Único	Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados	1.000	1.000

Mandato	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto Pago (€) ⁽²⁾
2015-2017	Fiscal Único	Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados	1.500	1.500

A Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, iniciou a prestação de serviços enquanto fiscal único, neste mandato.

Suplente: Dr. João Manuel Rosa Lopes

V. ORGANIZAÇÃO INTERNA

A. Contrato de Sociedade, Estatutos, Contrato Programa, Regulamento de Venda, Regulamento de Co-Utilização e Comunicações

- **Contrato de Sociedade e Estatutos**

Estes documentos definem a criação, constituição e Funcionamento do CDN, EM SA.

Os **Estatutos da Sociedade**, vieram a ser objeto de alteração na Assembleia Geral do CDN e também na Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha de Fevereiro de 2013.

- **Contrato-programa**

Define os princípios de relacionamento, competências, do CDN EM SA e do Município de Vila Nova da Barquinha

- **Regulamento de Venda**

Define as regras para venda de lotes no Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha

- **Regulamento de Co-Utilização**

Define as regras de funcionamento e Co-utilização das infra-estruturas do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha.

O Contrato de Sociedade, Estatutos, Contrato Programa, Regulamento de Venda e Regulamento de Co-Utilização, encontram-se em anexo a este relatório.

Comunicação de irregularidades

A dimensão reduzida do CDN, EM SA e a segregação de funções, quando possível, são mecanismos que previnem a fraude organizacional. Esta situação deverá ser revista aquando do crescimento da empresa.

B. Controlo interno e gestão de riscos

Sendo a CDN EM SA uma entidade de reduzida dimensão, não é impeditivo de apresentar um sistema organizado. Desde a aplicação de uma política de segregação de funções, quando possível aplicar, a adoção de processos administrativos/funcionamento integrados permitem aferir um adequado controlo interno. A utilização de gestão documental e a adoção de um software de gestão integrado demonstram a preocupação sobre o controlo da atividade desenvolvida pela empresa. A informação contabilística e financeira atualizada, permite cumprir com facilidade todas as exigências legais, designadamente do SIIALL, INE e outras entidades, assim como ao Conselho de Administração dispor de um importante meio auxiliar de gestão, por forma a tomar as decisões ajustadas à manutenção do equilíbrio económico-financeiro decorrente da Lei, sem pôr em causa a missão da empresa.

C. Regulamentos e Códigos

O CDN EM SA obedece ao Estatuto do Gestor Público bem como aos estatutos da sociedade.

Em matéria de contratação de bens e prestação de serviços, o CDN aplica as seguintes medidas:

- A despesa, independentemente do valor, é sempre sustentada por informação fundamentada e com sujeição à apreciação do Conselho de Administração. A necessidade de contratar é, nesse contexto, cuidadosamente analisada, quer do ponto de vista económico, quer na análise efetuada sobre a ausência de soluções internas, bem como ainda da explicitação dos objetivos a alcançar.
- Estão implementados critérios internos para a utilização da figura do Ajuste Direto, com consultas ao mercado, de forma a evitar distorção aquando da formulação dos convites;
- As consultas prévias ao mercado são sempre elaboradas pelo Coordenador da empresa e as decisões finais são determinadas pelo Conselho de Administração;

D. Sítio de web

O site institucional do CDN é <http://www.cm-vnbarguinha.pt/>

Nele estão disponibilizados:

- a) Sede.
- b) Regulamentos de Venda e Co-Utilização;
- c) Ficha de candidatura e informação diversa sobre o Parque Empresarial.
- d) Documentos de prestação de contas anuais.

VI. REMUNERAÇÕES

Não existem remunerações do Conselho de Administração, nem da Assembleia Geral.

VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

1. O CDN, EM SA no que respeita aos ajustes diretos, a norma seguida na empresa passa pela atenção às condições de mercado, observando, com variações pontuais consoante os casos, comparações entre mais do que um fornecedor e prestadores de serviço. Tais procedimentos têm sido mínima dada a reduzida estrutura implementada para o seu funcionamento.

Nos procedimentos de contratação de bens e serviços, e demais contratos tenta-se, sempre que possível, realizar comparação ao nível da qualidade, preço, tempo e experiência.

VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NO DOMÍNIO ECONÓMICO

Em complemento às exigências legais e definição de critérios para a manutenção das empresas municipais, tem sido política desde sempre a manutenção do equilíbrio económico-financeiro do CDN. O exemplo prático é o facto de determinados investimentos, como sejam a sinalética do parque empresarial ainda não ter sido efetuada, por forma a garantir o citado equilíbrio.

Os investimentos decorrerão sempre dessas condições.

A sustentabilidade da empresa decorre das vendas dos lotes de terreno do parque empresarial com os critérios definidos no contrato-programa, mas também e no futuro essa será a sua única fonte de receita, os encargos de condomínio pagos pelas empresas instaladas no parque empresarial, sendo a sua estrutura de custos, ajustada às receitas obtidas.

IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

O CDN, sem deixar de sublinhar a situação económica que o país e o mundo atravessa com enormes repercussões no investimento e conseqüentemente no projeto de desenvolvimento empresarial do Concelho de Vila Nova da Barquinha, considera ter exercido com satisfação o cumprimento dos Princípios de Bom Governo.

Vila Nova da Barquinha, 29 de Fevereiro de 2016

Conselho de Administração


Presidente do Conselho de Administração


Handwritten marks: a circled '1', a large 'X', '1/2', and several signatures.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1 - Examinámos as demonstrações financeiras da empresa **CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha – EM, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, que evidencia um total de 136 070,22 euros e um total de capital próprio de 117 308,77 euros, incluindo um resultado líquido de 91,39 de euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2 - É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 - A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4 - O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias,
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 - O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 - Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7 - Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa **CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha – EM, SA** em 31 de Dezembro de 2015, e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8 – É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Vila Nova da Barquinha, 29 de fevereiro de 2016

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda
representada por



José de Jesus Gonçalves Mendes

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos Exmo. Sr. Accionista o nosso relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas de CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
2. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas da empresa, emitimos o relatório da nossa actividade anual, bem como a respectiva Certificação Legal de Contas que para todos os efeitos, aqui se dão como integralmente reproduzidas.
3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a actividade da empresa, tendo recebido da Administração e Serviços Administrativos da empresa todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções não tendo tomado conhecimento de violação da lei e dos estatutos.

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Tendo procedido aos exames descritos no seu relatório anual, o Fiscal Único de CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, S.A. deliberou emitir o seguinte parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, bem como o Balanço e Contas apresentados referentes ao exercício de 2015.
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- c) Que se proceda à apreciação da administração e fiscalização da sociedade nos termos do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

Finalmente o Fiscal Único deseja agradecer à Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Vila Nova da Barquinha, 29 de Fevereiro de 2016

O FISCAL ÚNICO

José de Jesus Gonçalves Mendes
em representação de

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, S.R.O.C.